

Voto distrital misto já tem até projeto

Brasília — Wilson Pedrosa

BRASÍLIA — Pelo segundo dia consecutivo, os expositores convidados pela Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos da Assembléia Constituinte defenderam a implantação do voto distrital misto, semelhante ao que vigora na Alemanha Ocidental. Participaram do debate o ex-deputado Alberto Goldman, do PCB, e professores de linhas de pensamento distintas: Francisco Weffort, ligado ao PT; David Fleischer, da Universidade de Brasília; e Orlando Carvalho, antigo integrante da UDN e membro da Comissão Afonso Arinos, que elaborou um anteprojeto de constituição.

Fleischer propôs um sistema em que o eleitor votaria duas vezes: no partido de sua preferência e num candidato a deputado que concorreria somente no âmbito de seu distrito eleitoral. Os votos dados para a legenda serviriam para eleger candidatos que concorreriam por listas apresentadas pelos partidos. A agremiação que tivesse mais votos elegeria maior número de candidatos das listas.

Para o professor Fleischer, o sistema distrital misto tem duas grandes vantagens sobre o proporcional, em vigor no país: o voto dado à legenda fortaleceria os partidos; o candidato mais votado em um distrito seria o representante da população daquela circunscrição, e teria seu desempenho como deputado fiscalizado pelos eleitores que lhe deram o mandato.

“Com esse sistema, afastaríamos os defeitos do voto distrital e do voto proporcional, além de unirmos as suas qualidades”, avaliou Francisco Weffort.

Todos vão pagar Imposto de Renda

BRASÍLIA — Quando a futura Constituição entrar em vigor, os parlamentares, militares e magistrados passarão a ser obrigados a pagar Imposto de Renda sobre o total dos seus vencimentos. No caso dos deputados federais, por exemplo, a tributação atual incide apenas sobre pouco mais de 4% dos CZ\$ 162 mil 913 que recebem, ou seja, sobre o seu “subsídio fixo”, que é de CZ\$ 7 mil 596. É “seguríssimo” que a proposta de acabar com esse privilégio seja aprovada pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, de acordo com seu relator, deputado José Serra (PMDB-SP).

O assunto, tratado ontem em reunião da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, nem chegou a ser objeto de discussão. O apoio à eliminação da isenção fiscal que privilegia as três categorias foi unânime. O encontro serviu para debate dos principais temas constitucionais pertinentes à subcomissão, para evitar maiores polêmicas durante a votação do parecer do seu relator, deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

A revogação do direito de a União instituir empréstimos compulsórios também foi consenso entre os integrantes da subcomissão, exceto em “casos de calamidade”. Pela Constituição em vigor, o governo federal pode criar o empréstimo compulsório em casos especiais, definidos em lei complementar. O exemplo mais recente foi o adotado no ano passado, sobre combustíveis, automóveis e dólar-turismo, lembrado pelos membros da subcomissão como “um ato arbitrário”.

A proposta apresentada pelo professor Fernando Rezende, do Ipea, de modificar o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) também foi aprovada pela subcomissão. A idéia é ampliar esse tributo, que passaria a incidir também sobre os impostos únicos (combustíveis, energia elétrica e minerais) e de elevar seu percentual de 20 para 25%. Pretende-se, ainda, transferir a cobrança do ISS (Imposto Sobre Serviços) dos municípios para os estados, embora o deputado Nion Albernaz (PMDB-GO) esteja disposto a “fazer contas” para verificar se isto realmente beneficiaria os municípios.

A maior polêmica ficou por conta da criação ou não de um imposto sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas. Defendida pela maioria dos membros, essa idéia encontrou a resistência do deputado Mussa Demes (PFL-PI), que é fiscal da Receita Federal há 20 anos. “Isto é uma perseguição contra os ricos. É uma forma de puni-los, somente pelo fato de serem ricos. Eu sou contra qualquer discriminação: contra pobres e também contra ricos”, protestou.



Fiúza terá que estudar 9 mil páginas para fazer relatório da subcomissão de Defesa

Fiúza quer definir papel da polícia

BRASÍLIA — Desde ontem, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) está trancado em seu apartamento, às voltas com nove páginas de documentos com sugestões apresentadas à Subcomissão de Defesa do Estado, da qual é relator. A principal novidade que ele pretende apresentar à Constituição é a inclusão de um capítulo intitulado “da Segurança Pública”, em que ficarão detalhadamente definidos os papéis das Polícias Civil e Militar.

Pela idéia de Fiúza, as duas polícias ficarão subordinadas à secretaria de Segurança Pública de cada estado, embora a Polícia Militar se mantenha como corpo auxiliar às Forças Armadas. Como já dispõe a Constituição em vigor, a PM se encarrega do policiamento ostensivo para repressão do crime e a polícia civil mantém-se como polícia judiciária. No seu anteprojeto, Fiúza criará também o juizado de instrução, a fim de tirar dos delegados de polícia o poder de conduzir inquéritos.

O relator quer também estabelecer rigorosamente as atribuições da Forças Armadas na segurança

interna do país, desde que autorizadas pelos poderes constituídos e com o aval do Congresso Nacional. “O Exército não pode resumir sua atuação a resguardar o país só nas hipóteses de agressão interna”, sustenta Ricardo Fiúza, ressaltando que “isto não é uma posição de homem de direita”.

Como solicitaram todos os militares que prestaram depoimento na Subcomissão de Defesa do Estado, Fiúza dirá não à criação do ministério da Defesa. Ele acha que este ministério enfeixaria muitos poderes nas mãos de um só ministro, comprometendo a lealdade que hoje os chefes das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) devem ao presidente da República. Nesta questão, porém, Fiúza admite uma inovação: ele quer diminuir o status que hoje possuem os ministros — chefes do EMFA, SNI e Gabinete militar. Os três deixariam de ser ministros para integrar apenas a categoria de altos funcionários do governo.

O serviço militar também sofre mudanças: mantém-se compulsório, mas com isenção para os que alegarem convicções religiosas.

Emendas populares buscam assinaturas

Vai começar a temporada oficial de caça às assinaturas para encaminhar emendas à Constituinte. Hoje, o Plenário Pró-Participação Popular inaugurará, na Cinelândia, uma banca para colher adesões a seus primeiros projetos já prontos, que tratam da reforma agrária, dos direitos do trabalhador e da participação do povo na elaboração da nova Constituição Brasileira. Ao lado da banca será instalado um painel que vai dar informações diárias sobre o andamento dos trabalhos das comissões, em Brasília.

Na sede da Famerj (rua Visconde do Rio Branco, 54) e no centro Pró-Memória da Constituinte (avenida Rio Branco, 46), voluntários também estarão explicando para o público os documentos elaborados pelo Plenário, que necessitam de 70 mil assinaturas para chegar ao Congresso Nacional. Para os participantes do Plenário, que reúne entidades como a igreja, sindicatos de classe e associações de moradores em 17 estados brasileiros, o projeto mais importante é o que defende a iniciativa popular na Constituinte.

Segundo o regimento aprovado, cada cidadão brasileiro só poderá colocar sua assinatura em três projetos. Como as assinaturas devem vir acompanhadas dos dados do eleitor — a fim de que não haja fraude nem multiplicação de assinaturas, o Serpro estará controlando este processo — os organismos que já se movimentam para angariar apoios pedem que todos andem com o título de eleitor no bolso e reflitam antes de assinar.